

ARTIGOS

Uma estrofe intrigante

*Cleonice Berardinelli**

Resumo: O texto teve origem numa pergunta nada fácil do Professor Doutor Helder Macedo: – “Como interpreta a estrofe V, 77 de *Os Lusíadas*”? –, à qual tentei responder buscando, originalmente, o apoio de fontes portuguesas e em seguida de fontes chinesas, nas quais encontrei novas informações, mais satisfatórias, sobre ela. Depois de muita e acurada leitura, cheguei a várias conclusões, destacando-se a de que os portugueses se atribuíam a missão de “dilatara Fé, o Império”, enquanto que os chineses nunca se tinham preocupado em implantar o seu pensamento filosófico-religioso, caracterizando-se pelo respeito e tolerância para com todas as religiões dos países visitados.

Palavras-chave: Navegações. Portugueses. Chineses. Missão. Desígnio.

Abstract: The text stems from a not very easy question put by Prof. Helder Macedo: – “How do you interpret the strophe V,77 from *The Lusíads*?” – a question I have tried originally to answer based on Portuguese sources and then on Chinese ones. From the latter I have found new, more adequate information about the above strophe. After an extensive and accurate reading, I have reached several conclusions, specially the fact that the Portuguese took upon themselves the mission to “enlarge the Faith, the Empire”, while the Chinese had never taken on the spread of their philosophical-religious thought. In fact, they are known for respecting and tolerating all religions from the countries they have visited.

Keywords: Navigation. Portuguese. Chines. Mission. Purpose.

*Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Quando recebi, da Direção da ABRAPLIP, o convite para participar deste XXI Encontro, estava empenhada em responder a uma saraivada de perguntas com que me bombardeavam colegas de aquém- e de além-mar, que me entrevistavam sobre a obra de Camões. Quando digo “saraivada” não exagero, pois eram ao todo dezoito questões, todas bem feitas e, de um modo geral, de difícil resposta. Nenhuma me deu tanto trabalho para responder quanto a última, enviada por Helder Macedo, um colega que muito admiro e a quem estou ligada, há longo tempo, por uma sólida e afetuosa amizade.

Deixei de lado, porém, a folha com o questionário, para tomar conhecimento do convite. Atraí-me de imediato a “Apresentação”, precedida do título instigante: “REVOLUÇÕES, DIÁSPORAS E IDENTIDADES”, e da bela epígrafe de Fernando Pessoa, tirada de um dos poemas mais pessimistas e, ao mesmo tempo, mais belos de *Mensagem*: “A última nau”.

Erguendo, como um nome, alto o pendão
Do Império,
Foi-se a última nau, ao sol aziago
Erma, e entre choros de ânsia e de pressago
Mistério.
Não voltou mais.

Comecei a ler o texto e continuei com prazer crescente a sua leitura até ao fim. Escrito muito possivelmente por um dos membros Diretores da nossa Associação, é uma peça literária, além de ter todas as qualidades necessárias à finalidade a que visa – é objetiva, direta, clara, e, para mais, elegante. Li-a de um jato e, ao terminar, dei-me conta de que estava tomada de uma boa dose de vaidade. “De quê?” perguntei-me. E respondi-me: “Estou vaidosa da nossa associação, que nos recebe – para mais uma reunião de trabalho e convívio –, com tal fala, que deveria ter sido lida à entrada do Encontro como o “santo e a senha” que nos seriam passados com as boas-vindas.” E a minha vaidade (perdoem-na!) cresce ao ver a ABRAPLIP adulta, cada vez mais firme, mais dinâmica, mais abrangente, e me lembro da sua infância, de seus primeiros passos,

ainda inseguros, mas já bem direcionados, regozijando-me de lhe ter dado a mão desde o momento inicial, quando, com alguns colegas que comigo acreditavam nela desde o começo, a demos à luz, numa espécie de parto coletivo e bem augurado.

Depois de todos estes anos de trabalhos, encontramos-nos mais uma vez. É hora de nos congratularmos com a atual Direção, com os organizadores deste XXI Encontro, de lhes agradecer o esforço empenhado na sua realização, encantados de ver quantos somos, quantos convidamos, quantos de nossos colegas reveremos nestes dias passados aqui, em mais uma oportunidade de trocar ideias e experiências, de reatar laços de amizade. É hora também de agradecer, eu mesma, a delicadeza das respostas que me deu o nosso Presidente, desfazendo as dúvidas que eu lhe encaminhava, solícito e (não estranhem o adjetivo) bemfazejo.

Feito este preâmbulo necessário, volto à pergunta atrás mencionada, pois sinto que posso inseri-la no espaço deste Encontro. Ei-la: “Como interpreta a seguinte estrofe de *Os Lusíadas*?”

Pela Árábica língua que mal falam
E que Fernão Martins mui bem entende,
Dizem que, por naus que em grandeza igualam
As nossas, o seu mar se corta e fende;
Mas que, lá donde sai o Sol, se abalam
Pera onde a costa ao Sul se alarga e estende,
E do Sul pera o Sol, terra onde havia
Gente, assi como nós, da cor do dia. (V,77)

Respondendo-lhe à pergunta, comecei por situar a oitava no poema, recuando a narrativa de Vasco da Gama até ao canto III, estrofe 71, verso 4, onde o Capitão diz as suas últimas palavras ao rei de Melinde. Vai avançada a viagem: já deixaram o porto pátrio, desceram a costa ocidental da África, contornaram o Cabo da Boa Esperança (para eles, ainda Tormentório, já que o Adamastor é, a meu ver, a corporificação de uma das tempestades que destruíram frotas portuguesas, como ameaça o gigante) e estão subindo a costa oriental. Sua narração dos feitos portugueses, que se iniciara com a chegada das naus a esse Reino (canto

III, estrofe 3, verso 5), é solicitada instantaneamente pelo rei. O momento é decisivo, e Vasco da Gama o sabe. Vai iniciar a sua fala, insciente de que tem o apoio da musa maior, Calíope, que o Poeta chamara em seu auxílio. Cria-se a expectativa: “prontos estavam todos escuitando”, enquanto o capitão, “depois de um pouco estar cuidando”, “*alevantando* o rosto assim dizia”:

Mandas-me, ó Rei, que conte declarando
De minha gente a grão genealogia;
Não *me mandas* contar estranha história,
Mas *mandas-me* louvar dos meus a glória. (grifos meus)

O Rei manda, o capitão obedece. Não é essa a maior virtude dos portugueses, aquela que os faz suportar tudo: fome, sede, tempestades, doenças agressivas e repugnantes como o escorbuto?

Por que, então, o “cuidado” que o fizera abaixar a cabeça? Porque sabia que

Cousa é que se costuma e se deseja
Que outrem possa louvar esforço alheio,
Mas louvar os meus próprios, arreceio
Que louvor tão suspeito mal me esteja.

Depois desse surto de modéstia, porém, sobe-lhe à tona o ufanismo nacional, e ele acrescenta: “E, para dizer tudo, temo e creio, / Que qualquer longo tempo curto seja” (III, 4). Insistindo em que tudo faz porque é mandado, ele acrescenta: “Porque de feitos tais, por mais que diga, / Mais me há-de ficar inda por dizer.”

Na verdade, terá de dizer a história de Portugal, desde seus primórdios, ou melhor, do que se poderá chamar sua origem mítica, sua pré-história, sua proto-história. Dessas cousas, conhece-lhes bem o relato transmitido, até ao momento em que assume o comando da armada e sua narração heterodiegética passa a ser homodiegética, porque ele também faz parte dela. Sente-se o prazer com que emprega os verbos e pronomes na 1ª pessoa do plural.

Estão todos no Restelo, preparando-se para a viagem. Vão à igreja e é então, nesse espaço do sagrado, que ele emprega o primeiro verbo nessa pessoa: é o verbo *aparelhar*, que aqui tem como objeto direto a *alma*. “*Aparelhámos* a alma pera a morte, / Que sempre aos nautas ante os olhos anda.” e continua:

Pera o sumo poder, que a Etérea corte
Sustenta só co’a vista veneranda,
Implorámos favor que *nos* guiasse
E que *nosso*s começos aspirasse.” (IV, 86)

O *eu* desaparece, absorvido pelo *nós*. Agora o capitão se integrou à armada. As ordens são suas, mas ele faz parte de um grupo que não se cinde. Daqui em diante, a narrativa será de uma experiência coletiva, da qual ele é narrador-personagem, e personagem central, decisivo. Como tal, sente-se diretamente implicado na história narrada e, pois, participante das ações, bem como das emoções, a primeira das quais é a da partida, que vai crescendo, apossando-se do chefe e de sua gente; sem nenhum acanhamento, como quem apenas faz a constatação de um fato, Vasco da Gama, dirigindo-se ao Rei, confessa que, lembrando aquele momento doloroso, tem dificuldade de conter as lágrimas:

Partimo-nos assi do santo templo
Que nas praias do mar está assentado,
Que o nome tem da terra, pera exemplo,
Donde Deus foi em carne ao mundo dado.
Certifico-te, ó Rei, que, se contemplo
Como fui destas praias apartado,
Cheio dentro de dúvida e receio,
Que apenas nos meus olhos ponho o freio.(IV, 87)

Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a Mãe, nem a Esposa, neste estado,
Por nos não magoarmos, ou mudarmos
Do propósito firme começado,
Determinei de assi nos embarcarmos,

Sem o despedimento costumado,
 Que, posto que é de amor usança boa,
 A quem se aparta, ou fica, mais magoa. (IV, 93)

Valerá, talvez, um breve comentário a estes dezesseis versos.

A primeira oitava (IV,87) divide-se nitidamente em duas partes: uma, informativa do local onde se situa o “santo templo” – Belém, ao lado de Lisboa –, ganha um misto de gravidade e de ternura pela lembrança de que o seu nome é o mesmo da cidade onde nasceu Jesus. A segunda parte passa-nos a dúvida e o receio que se apoderaram do capitão no momento da partida, a ponto de quase não conter o pranto.

Quão difícil terá sido, para este, mostrar aos olhos de muitos, mas, principalmente, do Rei, essa imagem – breve, embora – de fraqueza! Esperava-se dele uma atitude mais forte, decisiva, que virá seis oitavas depois (IV, 93), quando retomará o tom de tristeza, agora para lamentar a impossibilidade de fugir ao impasse: insistir na vista das pessoas amadas que ficam, de que poderá resultar o aumento da mágoa – o que é compreensível –, ou – o que seria inaceitável –, desistir “do propósito firme começado.”

Temos, pois, um herói que se confessa “cheio de dúvida e receio”, sentindo-se até mesmo ameaçado de desistir do seu propósito, um herói humaníssimo, com seu valor e suas fraquezas, que será capaz de enfrentar os perigos do oceano desconhecido, das terras selváticas, e se pôr a peito descoberto diante dos cafres que ameaçarão um marujo seu (Velooso, V, 32-34), mas também de se confessar comovido até às lágrimas.

Mas é forçoso partir. E vai-se a armada, em data explicitamente denunciada pelo Poeta:

Cursos do Sol quatorze vezes cento,
 Com mais noventa e sete, em que corria
 Quando no mar a armada se estendia. (V, 2)

(Há pouco mais de quinhentos e dez anos, exatamente, a 8 de julho de 1497, saía, pois, Vasco da Gama de Lisboa, mais precisamente,

de Belém, de onde partiam as naus, dando início à diáspora lusitana. À beira do mar fez D. Manuel erguer a graciosa Torre de Belém, que lá está há séculos e ainda outros lá estará, a lembrar que aquele é um ponto histórico basilar de Portugal.)

A dor do afastamento se pinta a cores saudosas, expressa nos verbos e nos adjetivos usados: “a vista se *desterra* / Daqueles *pátrios* montes que *ficavam*, “*caro* Tejo”, “*fresca* serra”, “*amada* terra”, este último mais que os outros, aplicado ao substantivo mais abrangente do espaço onde lhes ficava o *coração*, deixado pelas *mágoas*, e para onde os olhos se *alongavam*. Em vão, pois, “depois que toda [a terra] se escondeu, / Não vimos mais, então, que mar e céu.” (V,3)

Mas voltemos ao canto IV, estrofe 93, já transcrita acima, e retomada agora, para apoiar-lhes a memória, já que nossa comunicação se faz neste momento por via oral:

Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a Mãe, nem a Esposa, neste estado,
Por nos não magoarmos, ou mudarmos
Do prepósito firme começado,
Determinei de assi nos embarcarmos,
Sem o despedimento costumado,
Que, posto que é de amor usança boa,
A quem se aparta, ou fica, mais magoa. (IV, 93)

A oitava se inicia por “Nós outros” – isto é, nós, os que vamos partir, não os que ficarão em terra, “Nós”, os que seremos os sujeitos das ações seguintes, três substantivas adverbiais infinitivas (“sem a vista alevantarmos / Nem a Mãe, nem a Esposa, neste estado, / Por nos não magoarmos, ou mudarmos / Do prepósito firme começado”) à espera de que se complete a oração principal interrompida, “determinamos de embarcar-nos”. Não seria possível, pois quem decide é o capitão, que aí reassume o seu eu, a sua identidade una, para dizer: “Determinei” e continuar: “de assi nos embarcarmos, / Sem o despedimento costumado, / Que, posto que é de amor usança boa, / A quem se aparta, ou fica, mais magoa”. E “nós outros”? que função tem o sintagma na frase?

É um anacoluto – Camões sabe usá-los, lembram-se do Adamastor? “Eu, que cair não pude nesse engano, / (Que é grande dos amantes a cegueira,) / Encheram-me, com grandes abundanças, / O peito de desejos e esperanças.” – um anacoluto, dizia eu, criador de um certo *suspense* altamente expressivo, que se resolve no momento em que o *nós* se restringe ao *eu*. Vasco da Gama reassume o comando da armada e ordena que se proceda à viagem de descobrimento marítimo das Índias. Nas estrofes IV, 95-105 decorrerá a fala do Velho do Restelo, pondo o fecho ao canto.

Prossegue a viagem e destaco-lhe os principais pontos de parada: no quase extremo sul, ainda na costa ocidental, a baía de Santa Helena, onde Veloso, o marinheiro ousado, é perseguido pelos cafres e o capitão, a defendê-lo, é ferido por uma flechada de que lhe fica uma honrosa cicatriz, que mostrará ao rei de Melinde qualificando-se; o cabo das Tormentas, limite extremo da África, onde Vasco da Gama interpela o Adamastor e, já subindo pela costa oriental, Natal, rio dos Reis, rio dos Bons Sinais, Moçambique, Quíloa, Mombaça (onde os naturais lhes armam ciladas, sempre instigados por Baco) e, afinal, Melinde, de onde partimos nesta viagem através da narração de Vasco da Gama. É na altura do rio dos Bons Sinais que os habitantes lhe dão notícia de uma “terra onde havia / Gente assi como nós, da cor do dia.” (*Lus.*, V, 77) ou, como informa João de Barros, uma das fontes d’*Os Lusíadas*, (Déc. I, livro IV, cap. III): “contra o nascimento do Sol havia gente branca que navegavam [não se estranhe a concordância insólita aos nossos ouvidos] em naus como aquelas suas, as quais eles viam passar para baixo e para cima daquela costa”.

Que gente seria essa, que navegava, segundo entendi, da costa ocidental da Índia para a oriental da África? Gente “da cor do dia”? Fui às edições mais conceituadas d’*Os Lusíadas*, desde Faria e Sousa, passando por José Maria Rodrigues, com prefácio de Carolina Michaëlis, Epifânio da Silva Dias, Antônio José Saraiva, Hernâni Cidade, Otoniel Mota e outras de responsáveis menos categorizados. Reli João de Barros, Castanheda e Damião de Góes.

A informação mais ampla – o que não me surpreendeu – me chegava dos elucidativos comentários de Faria e Sousa, quando, referindo-se às naus que fazem este percurso, diz: “por las que van del Sur al Oriente (eso es del Sur para el Sol) se entenderã las de Dacheim, y otros Reynos circunvezinos que en ellas comunican sus haciendas a los puertos del Estrecho de Meca, por donde hay *gente blanca* (*eso es del color del dia*) *porque los Turcos, y Arabes de que se puebla ese estrecho, son blancos como nosotros.*” Estas informações eram passadas ao Gama pelos habitantes dos arredores do rio dos Bons Sinais, africanos, negros todos. “I la razón de que estos negros tuviesen conocimiento de la navegación, i de la lengua arábiga, era el tratar con estos *Moros, i Turcos*, que por alli llegavan a traer, i llevar haziendas. I assi queda sacado en limpio, que la navegacion en vasos grandes era muy antigua por aquellas partes, no excediendo dellas; i que los mares que los Portugueses navegaron de nuevo, sin que los huviesse navegado otra gente, son desde Lisboa hasta Sofala.”

Neste passo, Faria cita Castanheda, livro I, cap. 5, que diz que “com estes mouros vinham tratar *Mouros da Índia, e do mar Roxo* e descreve as naus que por ali passavam, “sem cravação de ferro, nem coberta, que vêm a ser as de Meca, como dissemos no cap. 6, falando da cor desses Mouros: ‘*Eram brancos assi como os nossos.*’”

Tal como eu, Helder Macedo havia passado pela estrofe sem atentar muito no seu significado, até que se decidiu a decifrá-la. Perguntou-se se ela não conteria mais do que explicitava. E decidiu apelar para a colega mais velha, que talvez tivesse uma melhor explicação para o sentido, porventura transparente, da mesma, mas – quem sabe? – “ocultado durante séculos por esquecimentos da História”, atribuídos ao fato histórico de “os chineses terem navegado grande parte da costa oriental de África, no sentido inverso ao dos portugueses, algumas décadas antes do nosso Gama”.

Contaminada pela sua curiosidade inteligente, continuei a buscar a resposta já agora almejada por nós dois. Li, então, um livro fascinante, desde a sua capa e o seu título: *Lavrar o Mar. Os Portugueses e a Ásia*. c. 1480 – c. 1630, da autoria do historiador Luís Filipe Barreto.

A dúvida do meu colega, porém, em parte permanecia. Haveria, realmente, esquecimento das navegações chinesas, por parte da História eurocêntrica dos portugueses? Era preciso deslocar o meu olhar inquisidor – deslocá-lo da Europa para a Ásia, consultando historiadores chineses, tais como *Jim Guo Ping*, *Wu Zhiliang* e outros por estes citados, inclusive portugueses – Fernando Correia de Oliveira, Rui d’Ávila Lourido e Almerindo Lessa. Tive acesso a estes – e não me acanho de confessá-lo – por intermédio da internet. Na mesma fonte encontrei várias referências aos trabalhos de ambos na Universidade de Macau e na Fundação Macau, entre outras; várias participações em Encontros, tais como o “First International Forum on Sinology”, realizado em 2006, nas cidades de Lisboa e do Porto, e de múltiplas outras atividades no campo da história da China, inclusive publicações em revistas especializadas. Vejamos o que neles aprendi.

Duas figuras se destacaram no âmbito a que tive acesso: o imperador Yongle e o almirante Zheng He, ambos chineses, este último o maior navegador da história da China, tendo comandado, num período que vai de 1405 a 1433 – várias décadas antes de Colombo e Vasco da Gama –, sete expedições marítimas que a tornaram a maior potência naval do seu tempo, “à frente de 28 mil homens e dispondo de uma frota de 300 grandes juncos, cada um medindo cerca de 120 metros de comprimento, ao lado dos quais as caravelas espanholas e portuguesas teriam parecido brinquedos de criança”. Morto Zheng, cessaram as viagens de expansão. A história que delas nos chega permanece, porém, como dizem os historiadores, “na densa nebulosidade histórica e historiográfica”, e isso devido “à destruição dos arquivos oficiais”.

Yongle, o terceiro imperador da dinastia Ming, a qual dominou o poder de 1368 a 1644, abandonou a política das proibições marítimas, adotadas para manter a segurança nacional no litoral, a fim de poderem os chineses defender com maior eficiência o norte do país, onde o ameaçavam os mongóis. Fez parte do seu programa de governo uma política de abertura, da qual resultariam as expedições de Zheng He, tornadas possíveis graças a fatores econômico e político favoráveis,

mas também ao avanço das ciências náuticas e à experiência de viagens oceânicas e trans-oceânicas, desenvolvidas ao longo de oito séculos. As expedições de Zheng He tornaram-se um monopólio do Estado já que Yongle conseguiu controlar suas relações político-diplomáticas com os países que aceitassem *prestar vassalagem política à China*. Estrategicamente importantes, as frotas de Zheng He, podiam ter *várias funções*: defender os tripulantes e as mercadorias que transportavam, facilitar as operações político-diplomático-comerciais, reprimir a pirataria que se tinha instalado entre o povo do litoral, desde a imposição das proibições marítimas e participar do esforço para combater os mongóis ao Norte e os anamitas ao Sul.

Essas expedições marítimas tiveram um papel importante de difusão cultural. No início do séc. XV, a Ásia marítima estava atrasada em relação à China. As armadas de Zheng He levaram-lhe conhecimentos vários, de agricultura, arquitetura, vestuário, etc., constituindo um marco histórico nas relações chinesas com o exterior. O prestígio político dos Ming se estendeu à Ásia marítima e ao Índico, não havendo necessidade de conquista territorial, o que acentua seu caráter pacífico.

Os historiadores chineses citam o autor português Fernando Correia de Oliveira, autor de *500 anos de contactos Luso-Chineses*, que teria estabelecido um paralelo entre a expansão marítima portuguesa e a chinesa, dizendo: “No caso chinês, o Imperador Yongle *não teria um sonho*, mas *um desígnio*, que não era messiânico, mas essencialmente político; não universal, mas certamente asiático, comparado com *o cunho de missão* que D. Manuel pretendeu imprimir às suas iniciativas marítimas.” E continua: “o sonho de D. Manuel e o desígnio de Yongle *são diferentes na sua gênese e nos seus objetivos*, mas convergem na estrutura psicológica e na convicção de superioridade, de destino, de origem messiânica, num – D. Manuel –; de um substrato imanente a uma milenar cultura, noutra – Yongle.” Os dois navegadores souberam “incarnar a visão estratégica global de seus soberanos”.

Yongle morreu em 1424, com 64 anos. Seu sucessor ordenou a Zheng uma última expedição marítima, a sétima. O almirante viria

a morrer em 1433, em Calicut, 65 anos antes da chegada de Vasco da Gama a essa cidade (1498), tendo tocado a costa de Moçambique.

A finalidade máxima das expedições marítimas era a divulgação do prestígio regional e internacional do reinado de Yongle, para a *legitimação da sua entronização*, já que era apenas o quarto filho do fundador da dinastia Ming, fóra, pois, da linha de sucessão, e a usurpação era contra a ética do rígido sistema feudal chinês.

Assinalam os historiadores o fato de que, “como na China nunca houve ‘religião de Estado’, não existiu qualquer missão implícita de ‘dilatara fé’ como na armada de Vasco da Gama, o que constitui ‘um elemento diferenciador destas duas expansões’”: enquanto a portuguesa foi legitimada pelo espírito proselitista cristão, a chinesa não teve nenhum objetivo de propagação do seu ideário filosófico-religioso, “antes se caracterizou pelo respeito e tolerância para com todas as religiões dos países visitados”.

Na origem das sete expedições chinesas esteve sempre o intuito de “manter a boa vizinhança e a paz com os países vizinhos.” Não negando que tivesse havido por parte dos Imperadores Ming uma “intenção de impor a suserania chinesa nos territórios” atingidos, consideram os historiadores que nunca houve “ambições territoriais mediante conquistas ou ocupações efetivas”. Outra diferença que apontam entre as duas expansões está em que as atividades comerciais exercidas pelas armadas de Zheng He eram, como já se disse, uma medida recompensadora da vassalagem política, enquanto que as lusas eram transações comerciais propriamente ditas.

As expedições marítimas de Zheng He forneceram aos mercados externos grande quantidade de produtos chineses sobretudo de luxo, como pedrarias, incensos e especiarias, preciosidades consideradas tesouros. “Daí chamar-se às embarcações de Zheng He ‘navios de tesouro’”.

A essa altura dos esclarecimentos, propõem-se os autores algumas questões: “O que levou a que fosse o Ocidente a carregar os ventos dominantes da humanidade, de há 500 anos até hoje, e a partir de um pobre e despovoado território chamado Portugal? Por que não

a China, já então o país mais populoso do mundo e o mais avançado social e politicamente, a liderar o processo de mundivisão, dado que tinha os meios técnicos e humanos ao seu alcance para o fazer?” E responde-se: “a capacidade naval não seria o único fator decisivo para as descobertas marítimas à escala mundial. Haveria outros fatores, tais como a concepção do globo e a náutica”.

Considerando a importância do século XV na história da Humanidade, ponderam que o Oriente se encontrava no auge, o que significa também o início da decadência. O Ocidente, a sair do medievalismo, modernizava-se cientificamente e avançava na tecnologia europeia. “Embora reduzida em número de embarcações e tripulantes, era o arauto de uma cultura cristã dinâmica e de uma nova era. As armadas de Zheng He estavam a representar o último ato da milenar expansão marítima chinesa. As duas armadas não se cruzaram. Sucederam-se”. “O termo das expedições de Zhen He criou um vácuo na esfera de influência chinesa, o que facilitou a penetração lusa no Índico. A expansão portuguesa fez-se, com os seus próprios méritos universalmente reconhecidos, mas este fator também terá sido importante para a sua presença no Índico e mais tarde na Ásia Marítima e no Extremo Oriente”.

“Se as viagens de Zheng He tivessem continuado, a história da Ásia teria sido outra.” Se Zheng He estivesse no Índico quando Vasco da Gama chegou lá, “os portugueses não conseguiriam com tanta facilidade impor-se no mapa político-económico regional. Um Gama 80 anos mais cedo, ou um Zheng 80 anos mais tarde, daria um quadro de uma China forte, pronta a socorrer Estados suseranos que seriam depois vítimas dos portugueses”.

“A China navegou por mares bem conhecidos desde muitos séculos, enquanto que Portugal, bem mais tarde, deu a conhecer o desconhecido ao Mundo. *Os portugueses traçaram, pela primeira vez na história, uma rota marítima direta que contornou África e ligou, de forma pioneira, a Europa à China*”. “Os descobridores europeus e os seus ‘patronos’ tinham a convicção de que o mundo era redondo, de

maneira que as suas navegações não foram uma aventura cega, enquanto na China estava muito enraizado um conceito de Mundo em que a terra era plana”.

“Apesar das motivações e da convicção da globalidade da terra, para as viagens marítimas eram necessárias cartas náuticas ou portulanos para levar os barcos a bom porto. A China ainda não conheceu um Ptolomeu até ao início da dinastia Ming”.

“No mesmo século XV e pelas mesmas águas, duas armadas fizeram as suas navegações, com objetivos bem diferentes. A gâmica personificava uma Europa dinâmica e ambiciosa e a de Zheng He, uma decadência já à vista. Esta sucessão não teria sido uma casualidade, mas antes uma evolução lógica da História da Humanidade. Uma fatalidade histórica!”

A minha curiosidade, despertada e espartada por Helder Macedo, ficou satisfeita com os resultados da minha pesquisa. Oxalá possa ele dizer a mesma coisa!